

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

Com o objetivo de manter os serviços de asseio, manutenção em áreas públicas que necessitam de manutenção contínua, bem como serviços de manutenção predial dos próprios públicos e locados, além da existência de uma grande demanda de mão de obra terceirizada, a finalidade da terceirização é proporcionar que as atividades-meio sejam repassadas a terceiros e o órgão/entidade focar na sua atividade-fim.

O Município não possui em seu quadro de servidores as funções ora solicitadas, e torna-se oneroso a realização de concurso público para tal fim, assim como o cuidado com o índice da folha e Prestação de Contas Municipal.

Outro fator a ser considerado é que a terceirização ajudará a reduzir custos relacionados à contratação de servidores efetivos, com menor impacto sobre a folha de pagamento, além de facilitar o controle e cumprimento dos índices de gastos com pessoal, um ponto importante para a administração pública.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

A presente aquisição encontra-se alinhada com o PAC 2025 e poderá ser confirmada conforme publicação extraída da publicação disponível no site do Município.

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 02/01/2025
- III) Id do item no PCA: 2966
- IV) Classe/Grupo: serviços gerais
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-216/2025

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Foi considerado como base salarial e benefícios para estas contratações as convenções coletivas representadas pela SIEMACO, FETRACONSPAR, SINTRODOV.

Os serviços serão executados por profissionais dentro da abrangência e das atividades inseridas no Cadastro Brasileiro de Ocupações - CBO.

As atividades são de natureza comum e não demandam a atuação dos servidores ocupantes dos cargos efetivos da Contratante, que atuam nas atividades administrativas ou finalísticas de maior complexidade e responsabilidade.

A Contratada deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados de acordo com a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), obedecidas também outras disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais (devidamente registradas no Ministério do Trabalho e Emprego).

A Contratada deverá seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

A Contratada deverá atender às normas e portarias sobre segurança no trabalho e providenciar os seguros exigidos por lei, na condição de única responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoas físicas ou jurídicas envolvidas, direta ou indiretamente, nos serviços contratados.

A Contratada deverá se responsabilizar pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere aos profissionais alocados para a prestação dos serviços contratados.

A Contratada deverá também se responsabilizar pelo pagamento e o ônus relativo a taxas, tributos, contribuições sociais, indenização trabalhista, auxílio-alimentação, vale-transporte e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes do contrato de trabalho.

A contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento dos equipamentos de segurança necessário para o desenvolvimento das atribuições inerentes a cada função contratada.

O Município manterá a fiscalização rigorosa dos serviços prestados pela empresa terceirizada, para assegurar que as atividades sejam realizadas dentro dos padrões exigidos, evitando possíveis falhas nos serviços.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A estimativa de quantidade foi baseada na demanda existente do próprio ente em anos anteriores.

É importante discorrer que o quantitativo estimado é necessário para suprir a demanda de serviços sob responsabilidade desta secretaria, e em virtude de tratar de serviços contínuos de limpeza, asseio e manutenção predial.

Devemos considerar ainda, que o Município não dispõe no quadro efetivo servidores das funções a que este estudo se refere.

Função	Quantidade	Locais de Locação
Operador de Roçadeira	10	10 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Roçador Manual	1	1 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Borracheiro	1	1 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos

Mecânico	2	2 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Soldador	1	1 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Calceteiro	4	4 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Ajudante de Calceteiro	2	2 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Pedreiro	5	3 – Secretaria de Educação 2 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Servente de Obras	5	3 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes 2- Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Encanador	1	1 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Pintor	3	3 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Gari	8	8 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Supervisor	1	1 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Mestre de Obras	1	1 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Almoxarife	1	1 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos

A contratação deverá ser realizada sob demanda e a critério do Município, não sendo obrigatória a contratação em sua totalidade de imediato.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133)

Trata-se de um mercado amplo, com diversas empresas que prestam esse tipo de serviço para a Administração Pública.

Considerando a necessidade apresentada no tópico 1 deste Estudo Técnico Preliminar, a opção mais recorrente na Administração Pública é a execução indireta por meio da contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados.

Considerando o histórico de contratações nos anos anteriores.

Em que pese o maior impacto orçamentário, posto que contempla custos indiretos e o lucro da contratada, essa é a solução que pode se mostrar mais vantajosa para a Administração Pública.

Isso porque o artigo 107 da Lei n.º 14.133/2021 autoriza que os contratos de serviços contínuos sejam prorrogados sucessivamente por até dez anos, racionalizando os processos de contratação e conferindo maior estabilidade à prestação dos serviços.

Outra opção é a realização de concurso público para suprir as vagas, porem torna-se mais onerosa e inviável, trazendo impactos na folha de pagamento e na prestação de contas municipais.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 4.625.375,64 (quatro milhões, seissentos e vinte e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais com sessenta e quatro centavos), foi considerado a previsão da demanda e no preço médio das duas últimas contratações do próprio ente para a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados terceirizados, considerando que a interrupção na prestação dos serviços pode prejudicar as atividades e o funcionamento da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

Conclui-se que, a contratação de empresa especializada por meio de Procedimento licitatório é a melhor forma de suprir esta necessidade e, de acordo com os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Publicidade, Moralidade e Eficiência entre outros princípios da contratação pública descritas no art. 5º da Lei 14.133/21.

A descontinuidade das atividades de impactarão sob a demanda de serviços de manutenção e limpeza, trazendo transtornos a sociedade, pois a falta de limpeza poderá afetar negativamente toda a infraestrutura pública.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Em razão do valor máximo apurado superar o limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, não se fará licitação exclusiva para as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), podendo participar do certame todas as empresas cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto licitado.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados terceirizados que atenda às

necessidades das realizações de atividades secundárias da Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Os serviços têm a finalidade de manter os locais limpos e organizados; evitar danos, conservação inadequada e deterioração de bens patrimoniais e das instalações físicas das unidades; e proporcionar bem-estar, qualidade de vida e higiene no ambiente de trabalho.

O planejamento das atividades de manutenção é a base para a efetiva operacionalização das atividades de atendimento e recuperação dos próprios públicos utilizados pelos munícipes.

O planejamento consiste em um conjunto de regras e procedimentos que visam dirigir as ações de forma a garantir a priorização e execução das manutenções e a previsibilidade dos recursos necessários para as suas ações e confiabilidade dos serviços prestados aos munícipes.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução	Olisses de Lima Bueno
Fiscal Técnico:	Alceni de Oliveira
Suplentes:	Joel Roberto Da Silva Oliveira

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Não há necessidade de contratação correlatas. O Município disponibilizará equipamentos e ferramentas que já fazem parte do patrimônio do Município e caso haja necessidade de reposição será feita pelo Município, não sendo necessária a realização de licitação específica.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade

ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente e em conformidade com os artigos 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

Em observância aos dispositivos legais acima mencionados, a contratação deverá buscar a racionalização do consumo de energia elétrica, de água tratada e de tintas e solventes na execução dos serviços abrangidos no Objeto deste Estudo.

Sugere-se ainda, a utilização de insumos menos poluentes na limpeza dos equipamentos e materiais, evitando a destinação ambiental inadequada de restos e resíduos destes produtos.

Os serviços deverão ser planejados e executados visando à economia da manutenção e operacionalização das edificações, na redução do consumo de energia e de água, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental.

Nas atividades relacionadas com a manutenção, fica vedada a utilização de produtos altamente tóxicos, segundo a classificação do Ministério da Saúde, assim como deverão ser utilizados produtos biodegradáveis para a limpeza e desengraxe.

A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

Usar produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;

Realizar a prestação dos serviços de manutenção preventiva/corretiva e serviços de limpeza alinhados com as especificações técnicas contidas nas Normas Técnicas Brasileiras, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como com as especificações técnicas contidas nas Normas Regulamentares publicadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA no. 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano);

O material recolhido deve ser separado para reciclagem, e/ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados terceirizados objetivando atender a demanda da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico

Critério de julgamento: **menor preço global.**

Modo de disputa: aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

- a) É tecnicamente viável dividir a solução? SIM
- b) É economicamente viável dividir a solução? NÃO
- c) Existe perda de escala ao dividir a solução? SIM, porque são poucos postos de trabalho.
- d) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? NÃO, pois são postos de trabalho de natureza comum.
- e) O custo para a gestão de vários contratos frente às vantagens com a unificação indica a divisão do objeto? NÃO, deverá ser contratada apenas uma única empresa para fornecer os serviços.

Conclusão: considerando as análises acima, a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos sugere o não parcelamento da contratação.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativas para solicitação de qualificação técnica:

A solicitação de atestados de qualificação técnica em processos licitatórios, é uma prática comum e fundamentada que busca avaliar a capacidade técnica e a experiência das empresas licitantes. Esses atestados são documentos que comprovam a aptidão do licitante para desempenhar atividades similares ou relacionadas ao objeto da licitação. Abaixo estão algumas justificativas para a cobrança de atestados de qualificação técnica:

1. **Comprovação de Experiência Anterior:** Os atestados servem como meio de comprovar que a empresa licitante possui experiência prévia na realização de serviços ou na entrega de produtos semelhantes aos que estão sendo licitados. Isso é essencial para demonstrar a capacidade técnica da empresa.

2. **Avaliação da Capacidade Técnica:** A solicitação de atestados permite à administração pública avaliar a capacidade técnica dos licitantes com base em projetos ou contratos anteriores, verificando se a empresa possui os conhecimentos e habilidades necessários para realizar o trabalho proposto.

3. **Redução de Riscos para a Administração Pública:** A obtenção de atestados contribui para a redução de riscos associados à contratação, garantindo que a empresa escolhida tenha uma sólida base de experiência, minimizando a probabilidade de falhas durante a execução do contrato.

4. **Qualificação dos Licitantes:** Os atestados ajudam na qualificação dos licitantes, assegurando que empresas sem histórico ou com desempenho inadequado em trabalhos anteriores não sejam selecionadas para contratos significativos.

5. **Critério de Seleção Objetivo:** A exigência de atestados é um critério objetivo para a avaliação das propostas, proporcionando um método claro e mensurável para comparar a capacidade técnica dos licitantes.

6. **Estímulo à Competitividade:** Ao exigir atestados de qualificação técnica, a administração pública incentiva a participação de empresas que possuam experiência e expertise na execução de contratos similares, promovendo, assim, a competitividade entre os licitantes qualificados.

7. **Garantia de Cumprimento Contratual:** Os atestados ajudam a garantir que a empresa licitante tenha a capacidade técnica necessária para cumprir os requisitos do contrato, evitando possíveis problemas durante a execução do serviço ou fornecimento do produto.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo

único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não se aplica sigilo a este processo por entender que as divulgações das informações não trarão prejuízos a administração.

Dois Vizinhos, 5 de março de 2025.

DEONIR CALDATO

Gestor da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional: **202711**